

RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.935 - RS (2019/0274099-7)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : ANACI PAVAN
RECORRENTE : ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : JACEGUAY FEUERSCHUETTE DE LAURINDO RIBAS - PR004395
ISABELA VELLOZO RIBAS - PR053603
EVALDO CÍCERO BUENO - PR044219
PATRICIA EMÍLIA GOMES RIBAS - PR072910
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Associação dos Servidores do Incra no Estado do Paraná e outro, com fulcro nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 59):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. GDARA. PARIDADE. TERMO FINAL. PAGAMENTO A MAIOR. VERBA DE CARÁTER ALIMENTAR RECEBIDA EM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REVOGAÇÃO DA MEDIDA LIMINAR. DEVOLUÇÃO. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE.

Em suas razões, os recorrentes sustentam ofensa ao art. 1º do Decreto n. 20.910/1932, ao argumento de que "[...] a delimitação do período em que as diferenças remuneratórias eram efetivamente devidas já restaram fixadas desde a decisão proferida em 19/05/2005 (evento 4 – DESPADEC9 – fls. 75 a 81), que deferiu liminarmente o pagamento da GDARA no patamar de 60 pontos para os aposentados e pensionistas associados à ASSINCRA/PR" (e-STJ, fl. 98), razão pela qual teria ocorrido a prescrição.

Pugna pela existência de dissídio jurisprudencial a respeito da possibilidade de compensação de valores pagos a maior no âmbito da liquidação da quantia devida.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso.

Contrarrazões apresentadas.

É o relatório.

Assiste razão ao *Parquet*.

Compulsando-se os autos, verifica-se que o Tribunal de origem se valeu de

diversas nuances de ordem fática para concluir pela não ocorrência de prescrição, de modo que a reversão do entendimento alcançado ensejaria, necessariamente, o reexame do suporte fático-probatório dos autos, esbarrando no óbice contido na Súmula 7/STJ.

Adiante, saliente-se que a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a ausência de indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente configura deficiência na fundamentação recursal, o que impede o conhecimento do apelo nobre interposto com amparo no art. 105, III, "c", da Constituição Federal. Incidência da Súmula 284/STF. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.624.206/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 15/12/2016; AgInt no REsp 1.622.220/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 15/12/2016; AgRg no AREsp 682.625/PE, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 25/11/2016; AgInt no AREsp 842.727/RN, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 6/10/2016.

Por fim, o alegado dissídio jurisprudencial não foi comprovado nos moldes estabelecidos nos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º do RISTJ, tendo em vista que não foi realizado o devido cotejo analítico, com a demonstração clara do dissídio entre os casos confrontados, identificando os trechos que os assemelhem, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou votos.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator